

Nº	Assunto	Nome	Instituição/Empresa	Pergunta	Resposta
1	% Aterramento	Patrick Pottie	Kuttner do Brasil	Incluindo digestão anaeróbica no processo e produzindo condicionador de solo, utilizando o mesmo em mistura com argila como cobertura do aterro bem como camada oxidante para redução de emissão de CH4, esta quantidade pode ser considerada no volume de redução de resíduos de RSCC descartado no aterro?	Não, de acordo com definição de RSU ATERRADO no item 1 do Edital os rejeitos remanescentes do processo de tratamento adotado independente da tecnologia utilizada serão considerados RSU aterrado.
2	% Aterramento	Patrick Pottie	Kuttner do Brasil	Líquidos provenientes do processo que serão tratados em ETE externo podem ser descontados do volume ainda destinado a aterro?	Não, de acordo com definição de RSU ATERRADO no item 1 do Edital os rejeitos remanescentes do processo de tratamento adotado independente da tecnologia utilizada serão considerados RSU aterrado.
3	Catadores	Carlúcia Maria Silva	PUC Minas	Como será assegurada a execução da coleta seletiva com a participação dos catadores e qual o percentual obrigatório por município?	O instrumento por meio do qual se fixam as obrigações recíprocas entre Estado e Município é o Contrato de Programa, no qual existe como obrigação do município a realização de coleta seletiva com inclusão de organizações de catadores de materiais recicláveis. Haverão metas de coleta seletiva a partir do 25º mês de vigência do Contrato de Programa, sendo que estas serão de 2%, 3,5% e 5%, no 3º, 4º e 5º ano, respectivamente, para os Municípios com até 50.000 habitantes e de 1%, 2% e 3%, no 3º, 4º e 5º ano, respectivamente, para os Municípios com mais de 50.000 habitantes. Estas metas serão revistas de 5 em 5 anos.
4	Catadores	Marcos Antonio Eros	INSEA/Redesol/Coopesolleste	Há algum documento que garate a inclusão dos catadores PPP com municípios?	O instrumento por meio do qual se fixam as obrigações recíprocas entre Estado e Município é o Contrato de Programa, no qual existe como obrigação do município a realização de coleta seletiva com inclusão de organizações de catadores de materiais recicláveis.
5	Catadores	Marcos Antonio Eros	INSEA/Redesol/Coopesolleste	Quais os benefícios concretos aos catadores uma vez que a obrigação desta concessão inicia a partir do transbordo?	Os benefícios concretos às organizações de catadores de materiais recicláveis se encontram previstas no Contrato de Programa, instrumento por meio do qual se fixam as obrigações recíprocas entre Estado e Município.

Nº	Assunto	Nome	Instituição/Empresa	Pergunta	Resposta
6	Catadores	Sérgio Vidoto	Wminapar	Como as associações de catadores participarão da concessionária?	As organizações de catadores de materiais recicláveis atuarão diretamente nos programas municipais de coleta seletiva, não interagindo diretamente com a concessionária. Ressalta-se, entretanto, que haverá representação das organizações de catadores de materiais recicláveis no Comitê 1, estabelecido no anexo VII - Modelo de Governança.
7	Catadores	Ronaldo Carvalho	Tecscan	Paralelo à planta de tratamento de RSU, não seria interessante a implantação de forma coerente de polo de recicláveis para catadores?	A localização da infraestrutura das organizações de catadores de materiais recicláveis não se enquadra no escopo do projeto e será definida em cada municipalidade, conforme suas peculiaridades. Já no que se refere ao resíduos que chegam nas instalações da concessionária, caberá a mesma optar pela forma de destinação final mais adequada, respeitando as normas ambientais vigentes.
8	Coleta seletiva	Guilherme Fonseca	INSEA	Como se dará o monitoramento e a fiscalização pelo Estado dos programas de coleta seletiva implantados pelos municípios?	A forma de monitoramento e fiscalização pelo Estado dos programas de coleta seletiva implantados pelos municípios se encontra prevista no Contrato de Programa, instrumento por meio do qual se fixam as obrigações recíprocas entre Estado e Município.
9	Coleta seletiva	Clênio	Sociedade Civil	Uma vez que 70% da quantidade de resíduos gerados é garantida ao concessionário, isto significa que 30% é o teto possível de ser alcançado com a coleta seletiva?	Não, os 70% da projeção do montante de RSU efetivamente recebido pela concessionária refere-se tão somente a uma garantia de demanda. Não existe no projeto qualquer limitador em relação ao teto a ser alcançado pelos programas municipais de coleta seletiva.
10	Educação	Jose André S. Rebelo	Bebê Eco	Uma sociedade que deixa de lado a educação sofre para alcançar soluções. Neste momento oportuno deve-se incluir neste processo a secretaria de educação.	Esta prevista, tanto no Edital quanto no Contrato de Programa, a obrigatoriedade de desenvolvimento de ações de promoção da educação ambiental.
11	Impostos	Sérgio Vidoto	Wminapar	Qual é a cadeia de impostos que terá incidências sobre a concessionária?	A cadeia de impostos depende da estrutura operacional que vier a ser implementada pela concessionária, bem como da legislação que se encontrar vigente a época.

Nº	Assunto	Nome	Instituição/Empresa	Pergunta	Resposta
12	Inclusão de outros municípios	Guilherme Fonseca	INSEA	Como se dará a relação dos municípios que estão na fronteira do CMBH com a PPP? Eles poderão acionar as áreas de transbordo? Deverão também implantar a coleta seletiva com a inclusão dos catadores?	Os municípios que integram a Região Metropolitana de Belo Horizonte e Colar encontram-se definidos em legislação específica. Destaca-se, portanto, que os municípios do entorno não estão incluídos no escopo de atuação da PPP. O que não impede todavia que sejam promovidos outros arranjos que não esta concessão.
13	Integralização de bens	Sérgio Vidoto	Wminapar	A concessionária terá que adquirir os aterros existentes? Ou terá que criar novos?	Fica a critério da concessionária fazer o uso, ou não, de ativos municipais, conforme estabelecido no item 3.1.5 do Anexo VI - Caderno de Encargos.
14	Licitação	Gino Montalto		Quando vai se escolher a empresa/tecnologia?	A empresa será conhecida ao final do procedimento licitatório, com base nos critérios estabelecidos no Edital. Após assinatura do Contrato a empresa vencedora da licitação deverá apresentar Projeto Básico para aprovação do Estado, bem como obter os licenciamentos junto aos órgãos ambientais competentes.
15	Lotes	Iberê	ESTRE	Os dois lotes poderão ser adjudicados a um único consórcio vencedor? Se sim, qual a fundamentação?	Sim, conforme se encontra estabelecido no item 3.4 do Edital.
16	Municípios com Aterro Sanitário	Francy Eustáqui Padrão	Prefeitura Municipal de Sete Lagoas	Sete Lagoas possui aterro sanitário com L.O. em 13/12/2011. Os resíduos coletados no município, a partir desta PPP, retirando a coleta seletiva, deverão ser dispostos para o futuro aterro da região metropolitana?	O município, conforme estabelecido no Contrato de Programa, deverá entregar os resíduos oriundos da coleta convencional nas instalações indicadas pelo Estado (localizada a no máximo 12 km de raio do centro do município), ficando a critério da concessionária fazer o uso, ou não, de ativos municipais, conforme estabelecido no item 3.1.5 do Anexo VI - Caderno de Encargos.
17	Nota Final	Marcelo Lima	Elecnor	Na avaliação das propostas, qual o peso do critério técnico e preço?	O peso é de 50% para cada critério, observada a fórmula para obtenção da nota final da licitação (NFL), estabelecida no item 18.2.4. do Edital.
18	Outros Resíduos Sólidos	Jose André S. Rebelo	Bebê Eco	Onde e como se dará a destinação de outros resíduos (eletrônicos, móveis, eletrodomésticos entre outros)?	O objeto do contrato restringe-se ao transbordo, tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos, previamente definido no item 1 do Edital.

Nº	Assunto	Nome	Instituição/Empresa	Pergunta	Resposta
19	Plano de Negócios	Marcelo Lima	Elecnor	Na modelagem econômica/edital, será disponibilizado ou não algum project finance, incentivos fiscais/tributários associados?	Todos os estudos que embasaram a modelagem do projeto da PPP encontram-se disponibilizados no site <a href="http://www.ppp.mg.gov.br">www.ppp.mg.gov.br</a> .
20	Plano de Negócios	Tompson Humberto de Freitas	Ferrostaal do Brasil	Já foi feito algum estudo de viabilidade econômica?	Todos os estudos que embasaram a modelagem do projeto da PPP encontram-se disponibilizados no site <a href="http://www.ppp.mg.gov.br">www.ppp.mg.gov.br</a> .
21	Plano Estadual de RS	Marislene Nogueira	INSEA	Como esta sendo elaborado o Plano Estadual (PERS), conforme previsto na PNRS, assegurando as consultas públicas e a participação da sociedade civil? E a PPP não teria que ser posterior a ele?	A contratação para formulação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos já passou por consulta pública e atualmente encontra-se em fase de estudos anteriores à publicação do edital de licitação, sendo que maiores informações podem ser obtidas junto à FEAM, órgão no Estado responsável pela contratação.
22	Prazos	Sérgio Vidoto	Wminapar	Qual é o prazo de implantação para transbordo e planta?	Os prazos são de até 12 e até 48 meses respectivamente ambos a contar da data de publicação do contrato, conforme previsto nos itens 3.1.3 e 3.1.4 do Anexo VI - Caderno de Encargos.
23	Receita Acessória	Patrick Pottie	Kuttner do Brasil	Há possibilidade do Estado adquirir composto produzido pelo processo e qual seria a remuneração?	Esta possibilidade não se encontra estabelecida no contrato, mas poderá ser acordado entre as partes em momento oportuno.
24	Receita Acessória	Clênio Argôlo	Sociedade Civil	A concessionária poderá comercializar materiais recicláveis?	No que se refere ao resíduos que chegam nas instalações da concessionária caberá a mesma optar pela forma de destinação final mais adequada respeitando as normas ambientais vigentes.
25	Receita Acessória	Sérgio Vidoto	Wminapar	Qual é a política para vender energia gerada, a CEMIG vai comprar via contrato?	Esta possibilidade não se encontra estabelecida no contrato, mas poderá ser acordada entre as partes em momento oportuno.
26	Receita Acessória	Marcelo Lima	Elecnor	A comercialização de energia é livre ou há algum valor de referência que a CEMIG poderia comprar?	Esta possibilidade não se encontra estabelecida no contrato, mas poderá ser acordada entre as partes em momento oportuno.

Nº	Assunto	Nome	Instituição/Empresa	Pergunta	Resposta
27	Receita Acessória	Patrick Pottie	Kuttner do Brasil	A energia elétrica consumida pelo processo de tratamento deve ser descontada da energia comercializada a R\$ 150,00 ou considerado o porte?	Esta possibilidade não se encontra estabelecida no contrato, mas poderá ser acordada entre as partes em momento oportuno.
28	Receita Acessória	Tompson Humberto de Freitas	Ferrostaal do Brasil	Com relação ao aproveitamento energético, que resultará na implantação de um cogeração - queima de resíduos - qual é o valor do kw/h esperado?	Todos os estudos que embasaram a modelagem do projeto da PPP encontram-se disponibilizados no site <a href="http://www.ppp.mg.gov.br">www.ppp.mg.gov.br</a> .
29	Tecnologias	Guilherme Fonseca	INSEA	Existem vários conceitos/modelos de aproveitamento energético. Para a PPP, quais foram estudados e quais suas viabilidades ambientais, sociais e econômicas?	Todos os estudos que embasaram a modelagem do projeto da PPP encontram-se disponibilizados no site <a href="http://www.ppp.mg.gov.br">www.ppp.mg.gov.br</a> .
30	Tecnologias	Sérgio Vidoto	Wminapar	Para soluções tecnológicas importadas haverá incentivo para importação?	Esta possibilidade não se encontra estabelecida no contrato, mas poderá ser acordada entre as partes em momento oportuno.
31	Tecnologias	Clênio	Sociedade Civil	Qual é a posição do governo de MG com relação aos riscos da incineração?	No edital de licitação não foi feita qualquer espécie de direcionamento tecnológico. A definição da tecnologia ficará a cargo da concessionária, desde que atendidos os critérios estabelecidos pela legislação vigente. Ressalta-se que a concessionária deverá submeter os projetos elaborados à aprovação pelo poder concedente antes de iniciar os processos visando a obtenção de Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) junto aos órgãos ambientais competentes, nos termos do item 2.1.20 do Anexo VI - Caderno de Encargos.

Nº	Assunto	Nome	Instituição/Empresa	Pergunta	Resposta
32	Tecnologias	Francisco Lima	UFMG	O coeficiente ambintal (CA) é uma medida puramente <u>quantitativa</u> , que deixa a cargo da concessionária a escolha das tecnologias de redução da quantidade aterrada. Dessa forma, o Estado se omite em relação às alternativas tecnológicas. No entanto, existem tecnologias concorrentes, mais ou menos eficazes quanto aos benefícios sociais, econômicos e ambientais. Quando, onde e como essas alternativas serão colocadas em debate?	No edital de licitação não foi feita qualquer espécie de direcionamento tecnológico. A definição da tecnologia ficará a cargo da concessionária, desde que atendidos os critérios estabelecidos pela legislação vigente. Ressalta-se que a concessionária deverá submeter os projetos elaborados à aprovação pelo poder concedente antes de iniciar os processos visando a obtenção de Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) junto aos órgãos ambientais competentes, nos termos do item 2.1.20 do Anexo VI - Caderno de Encargos.
33	Tecnologias	Francisco Lima	UFMG	O Estado, enquanto agente de desenvolvimento social e econômico, pode se omitir na definição das alternativas?	Não haverá omissão por parte do Estado, uma vez que concessionária deverá submeter os projetos elaborados à aprovação pelo poder concedente antes de iniciar os processos visando a obtenção de Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) junto aos órgãos ambientais competentes, nos termos do item 2.1.20 do Anexo VI - Caderno de Encargos.
34	Tecnologias	Francisco Lima	UFMG	Não definir critérios qualitativos (ambientais, sociais) vão deixar o caminho livre para tecnologias menos eficazes como a incineração?	A definição da tecnologia ficará a cargo da concessionária, desde que atendidos os critérios estabelecidos pela legislação vigente. Ressalta-se que a concessionária deverá submeter os projetos elaborados à aprovação pelo poder concedente antes de iniciar os processos visando a obtenção de Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) junto aos órgãos ambientais competentes, nos termos do item 2.1.20 do Anexo VI - Caderno de Encargos.
35	Tecnologias	Ângela Rosane de Oliveira	IICA/FBB/BID	Quando se refere a aproveitamento energético, quer dizer o mesmo que incineração ou queima de resíduos? O estado irá apoiar este tipo de tecnologia?	Não, no edital de licitação não foi feita qualquer espécie de direcionamento tecnológico, ademais, o conceito de aproveitamento energético encontra-se estabelecido no item 1 do edital.

Nº	Assunto	Nome	Instituição/Empresa	Pergunta	Resposta
36	Tecnologias	Edison Viriat	Visenergia	Haverá restrição para tecnologia emergente que ainda não esteja em regime comercial?	Não, no edital de licitação não foi feita qualquer espécie de direcionamento tecnológico, desde que atendidos os critérios estabelecidos pela legislação vigente.
37	Tecnologias	Gilberto Warley Chagas	MNCR - Cataunidos	Como será feito o tratamento energético dos resíduos? Qual forma? Qual papel da Cemig?	A definição da tecnologia ficará a cargo da concessionária, desde que atendidos os critérios estabelecidos pela legislação vigente. Quanto à Cemig, esta poderá se manifestar favoravelmente a participação acionária na concessionária, conforme regras previstas no Anexo II - Minuta do Contrato.
38	Tecnologias	Gilberto Warley Chagas	MNCR - Cataunidos	E como será a destinação dos resíduos futuros que não serão aterrados? Ou seja, qual tecnologia será usada?	A definição da tecnologia ficará a cargo da concessionária, desde que atendidos os critérios estabelecidos pela legislação vigente.
39	Tecnologias	Ronaldo Carvalho	Tecscan	Esta previsto queima de resíduos para reaproveitamento energético, qual seria a limitação de queima em massa (mass burning) de materiais que podem e devem ser recuperados?	A definição da tecnologia ficará a cargo da concessionária, desde que atendidos os critérios estabelecidos pela legislação vigente. Ademais, o conceito de aproveitamento energético encontra-se estabelecido no item 1 do edital.